

TERRITORIALIDADES E IDENTIDADE NO BAIRRO SÃO GONÇALO EM PELOTAS, RS

Sidney Gonçalves Vieira
(Organizador)¹

Como verificado em Raffestin (1993), o território é a “prisão” que o ser humano constrói para si. Assim, verifica-se que o território é uma parcela do espaço geográfico que se constrói a partir do exercício do poder. É uma demarcação social sobre o espaço. Pode variar desde o território do quintal da casa até o território do Estado-Nação. Em todos os casos, há uma manifesta estipulação de limites imposto sobre os demais. A definição pode se tornar mais complexa quando analisamos a manifestação de territórios voláteis, que têm existência temporária ou variada no espaço, ou, ainda, quando analisamos a situação de territórios em redes e outras situações. Mas, na estrutura interna das cidades, a manifestação mais inequívoca do território se observa nas localidades, vilas e bairros, onde, sob as mais variadas formas, se expressam o poder. Assim, facilmente distinguimos a área de atuação de uma determinada comunidade, de um grupo ou de uma liderança, principalmente porque essas manifestações do poder entram em choque com outras delimitando porções no espaço, reconhecidas como o território de cada uma delas.

O território, em si, manifesta a identidade de quem o constrói/inventa. Desta feita, pode ser entendida como um fenômeno espacial construído socialmente e que está diretamente atrelado à subjetividade. Como argumenta Haesbaert (2002), a identidade social liga-se a identidade territorial. Argui-se do relacionamento das pessoas com o território e a construção da noção de pertencimento. É uma relação conflituosa e afetiva que transforma um espaço genérico e indeterminado, em uma territorialidade particular e específica. É onde nos “sentimos em casa”, reconhecemos nossos objetos e executamos nossas ações. Criamos, ao longo do tempo, uma relação de reconhecimento entre nós e o espaço físico, mesmo quando nos afastamos, ao voltarmos, nos reconhecemos nas (i)materialidades das histórias narradas e pelos referenciais de memória presentes. Trata-se de uma relação arquitetada na trama do cotidiano, ligado ao trabalho, à família e ao lazer. É um sentimento que diz respeito a

¹ Texto colaborativo elaborado pelos professores Sidney Gonçalves Vieira, Lucas Manassi Panitz, Robinson Santos Pinheiro e Dione Dutra Lihtnov e pelos estudantes bolsistas Adriel Costa, Everson da Martha e Gilciane Jansen, todos do Laboratório de Estudos Urbanos e Regionais (LEUR), do Departamento de Geografia do Instituto de Ciências Humanas (ICH) da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL).

nós mesmos e nem sempre pode ser comungado com outros na mesma condição, pois uma territorialidade, presentificada na categoria de lugar no caso da individualidade do pertencer, pode gerar o sentimento de pertencimento ou de estranhamento, definindo nossa identificação ou não.

O Bairro, em uma cidade, é fruto da territorialidade e da identidade. Do ponto de vista da estrutura urbana, é reconhecido como a menor unidade de vizinhança da cidade, o qual se delimita territorialmente por suas características físicas, quando são partes claramente identificáveis da cidade, como acontece quando há a existência de limites naturais como um curso d'água (arroio, sanga ou canal, p. ex.) ou artificiais (como no caso de uma ferrovia, estrada ou avenida, p. ex.). Mas também a delimitação do bairro pode se dar em função de sua identidade. Nesse caso, identidade conferida pelas características próprias de uma determinada área da cidade (local de moradia de trabalhadores, existência predominante de comércio ou indústria, p. ex.).

No caso de Pelotas, o Bairro São Gonçalo é uma invenção legal, pois foi criado como uma Região Administrativa para fins de planejamento urbano, isto pela Lei Municipal Nº5.502, de 11 de setembro de 2008, que instituiu o III Plano Diretor para o município de Pelotas. Está delimitado, no espaço da área compreendida entre o Arroio Pelotas, à leste, o canal do Pepino (Avenida Juscelino Kubistcheck) à oeste, a Avenida Ferreira Viana, ao norte e o Canal São Gonçalo ao sul. O principal caráter identitário presente nessa delimitação está justamente na presença e na relação com o canal São Gonçalo, como uma chamada de atenção que busca lembrar a todos da existência desse importante fator geográfico natural, cujo reconhecimento histórico e ambiental deveria remeter ao respeito pelo patrimônio natural da área. Segundo lembra o professor Adriano Simon, do Laboratório de Geografia Física do Departamento de Geografia do ICH/UFPEL, o Bairro São Gonçalo se localiza às margens do Canal São Gonçalo, que conecta os dois principais corpos lagunares do Brasil (Lagoa Mirim e Laguna dos Patos). As superfícies inconsolidadas às margens deste canal se desenvolveram durante o Holoceno (período geológico mais atual da história da Terra). Portanto, o Bairro São Gonçalo se localiza sobre terrenos inconsolidados a parcialmente consolidados, conhecidos como planícies flúvio-lacustres (por serem formadas a partir da associação de sedimentos dos rios e das lagoas da região). Nas áreas de planície flúvio-lacustre originalmente se desenvolvem formações vegetais pioneiras, ou seja, campos inundáveis e banhados. Os banhados são importantes ambientes, pois suportam as quantidades elevadas de precipitação, prolongando o período de chegada da água até os arroios, equilibrando o balanço hídrico regional. Além do mais, sustentam biodiversidade peculiar e registros arqueológicos que explicam a história recente das sociedades que por aqui viveram. Entretanto, no nosso caso, atualmente os banhados

podem ser considerados como ecossistemas vulneráveis e ameaçados devido ao crescimento urbano e ao assoreamento e drenagem para plantio de arroz irrigado. Por este motivo sua proteção é de extrema importância e o planejamento interdisciplinar do uso e ocupação urbano se faz necessário.

De acordo com o IBGE a população registrada no local no Censo de 2010 era de 28.400 habitantes. Mesmo que só tenha sido criado em 2008 aquela área da cidade possui uma tradição em Pelotas reconhecida pelos relacionamentos sociais construídos ao longo do tempo pelas pessoas que vivem nas localidades históricas como Anglo, Balsa, Nossa Senhora de Fátima, Navegantes, Cruzeiro do Sul, Humuarama, Marina Ilha Verde, Mário Meneghetti, Ambrósio Perret e Chácara da Brigada. Ou seja, antes de serem moradores do São Gonçalo, já moravam nesses lugares. A ficção jurídica e a denominação para efeitos de planejamento não alteram as territorialidades e as identidades criadas nesse espaço, apenas dão um nome diferente do qual estamos acostumados a nos referir. Pode-se fazer uma analogia ao que acontece com o nome e o apelido que damos às pessoas: um é oficial o outro é do dia a dia.

Também o nome da Região Administrativa São Gonçalo instituído para lembrar o cuidado que se deveria ter com as ocupações naquele local não teve a capacidade de frear a grande explosão imobiliária que se verificou ali. Fora os loteamentos consolidados na periferia do Centro, como Fátima, Navegantes e Balsa, todo o resto foi, durante muito tempo um vazio ocupado pelas enchentes periódicas contidas pelos diques de drenagem. Depois foram surgindo o Humuarama, Ilha Verde e outros. Mais recentemente a realocação do setor jurídico da centro da cidade para a Avenida Ferreira Viana, trouxe para o lugar juizes, promotores e advogados, que passaram a conviver com os moradores originais. O *Shopping Center Pelotas* instalou-se no local como uma grande centralidade comercial e imobiliária capaz de gerar grande fluxo de pessoas. O já movimentado caminho para o Laranjal, nas franjas ao sul do bairro Areal passou a ser cobiçado pelos empreendedores imobiliários e uma série de novos lançamentos surgiram naquele trajeto da Avenida Ferreira Viana. Atualmente, o Lagos de São Gonçalo e o Parque Una I e Parque Una II são os principais loteamentos a ocuparem o que era vazio, estabelecendo um grande conflito com os moradores originais, sobretudo à beira do canal na Estrada do Engenho.

Os vazios urbanos - tônica nas cidades brasileiras - convivem com recortes extremamente adensados e verticalizados e outros rarefeitos e horizontalizados. Tais vazios podem se relacionar, é verdade, com áreas de preservação permanente, mas na prática o que se observa são grandes porções de terra mantidas intactas sob a lógica especulativa. Assim, tais vazios "aguardam" novas

frentes de expansão urbana, que serão traduzidas por novas infraestruturas e a consequente valorização dos terrenos do entorno. Fruto de uma política de planejamento urbano raramente eficaz, teremos como resultado uma urbanização heterogênea, onde novas parcelas urbanizadas se incorporam no tecido urbano com pouca ou nenhuma conexão com as formas pretéritas, e ainda ignorando as especificidades do território. Os novos ocupantes pouco ou nada tem a ver com a histórica relação com o canal São Gonçalo e sequer criam qualquer identidade relacionada a esse espaço, haja vista que a característica dos atuais loteamentos fechados é a de justamente se fecharem para o entorno, criando áreas enclausuradas dentro da própria cidade,

Na Região Administrativa São Gonçalo, especificamente na Rua Estrada do Engenho, encontra-se uma ocupação que concentra cerca de 60 famílias, denominada Ocupação Estrada do Engenho. No local habitam moradores há mais de 20 anos, sendo que um aumento do número de pessoas aumentou a partir de 2010. As condições socioespaciais daquela localidade são de um grande abandono do poder público em prover os serviços essenciais, como saneamento básico, iluminação, lazer, entre outros. Poucos moradores têm ligação de água e luz, o restante tem que sobreviver com ligações de vizinhos.

Inclusive um processo foi movido pela Promotoria Pública no ano de 2014 contra a Prefeitura Municipal de Pelotas, para que se fizesse uma reintegração de posse dos moradores por se constar que aquela localidade se trata de uma Área de Preservação Permanente (APP). No Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) a Prefeitura Municipal tem o prazo até novembro de 2017 para retirar as pessoas da Ocupação Estrada do Engenho. Em contrapartida, o Poder Público Municipal ofertou cerca de 20 terrenos no Bairro Getúlio Vargas para os ocupantes. A resistência da comunidade da Estrada do Engenho se sustenta no fato de que primeiro, eles criaram um pertencimento em relação com a espacialidade do local (território e identidade), em função da atividade da pesca que realizam e da reciclagem de resíduos sólidos, o que cria toda uma identidade destes moradores com o território. A retirada deles para o Bairro Getúlio Vargas não é só perda de suas casas, mas sim do seu lugar e da sua identidade, o que também poderá resultar num conflito social entre eles e os já moradores desse bairro. A luta dos moradores é de permanência no local, desejam que se tenha um projeto de urbanização e que se faça a construção de casas populares, ou que pelo menos parte dos moradores fiquem na Vila dos Pescadores, reconhecida como uma Área Especial de Interesse Social (AEIS) no III Plano Diretor do Município. E que o restante possa ir para um terreno em frente ao Veleiros Saldanha da Gama, para que eles possam continuar morando na região do canal São Gonçalo.

O processo movido para a reintegração de posse naquele local, só especifica os integrantes daquela ocupação, os veleiros e os casarões perto da estrada do Passo dos Negros não são citados. O que pode explicar essa intenção é que essa região é muito valorizada pelo capital imobiliário e pelo poder público, como uma crescente urbanização de classe de alta renda com os empreendimentos Lagos do São Gonçalo, Parque Una I e Una II. O que se percebe na retirada da Ocupação Estrada do Engenho, é que por trás do discurso de proteção ambiental vem a força do poder econômico imobiliário que já é muito forte na área administrativa do São Gonçalo.

O Bairro São Gonçalo, área de ocupação imobiliária recente, vive sob a lógica desses conflitos que de um lado colocam a história de seus ocupantes tradicionais e, de outro, os interesses dos novos ocupantes. Há que se salientar que, também do ponto de vista histórico, a área possui relevante importância, haja vista a localização dos primeiros caminhos da cidade que desembocavam no canal São Gonçalo, na localidade do Passo dos Negros, e formaram o Corredor das Tropas, hoje Avenida São Francisco de Paulo, no caminho do gado até o Logradouro Público (A Tablada). Além disso, o conflito ambiental também é evidente, pois se trata de área de amortização das cheias. Há muito o que discutir sobre o uso e ocupação desse Bairro.

Referências:

- RAFFESTIN, Claude. Por uma Geografia do poder. São Paulo: Ática, 1993.
HAESBAERT, Rogério. Territórios alternativos. São Paulo: Contexto, 2002.